

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERRITÓRIO: AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS EM GOIÁS
E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

César Augustus L.L. de Freitas (Ippur/UFRJ)

Greyce Lara Pereira (Economia/Univ. Estadual de Goiás)

Glauber Lopes Xavier (Economia/Univ. Estadual de Goiás)

Guillermo Hel Azanky Barrios Beserra (economia/Univ. Estadual de Goiás)

Ulisses de Moura Cabral (Economia/Univ. estadual de Goiás)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERRITÓRIO: AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS EM GOIÁS E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.

RESUMO

O artigo em questão é resultado de um projeto de pesquisa que tem como objetivo central a relação entre reestruturação produtiva do território, urbanização e acirramento das desigualdades sociais nos últimos vinte anos do século XX, especificamente pensando a realidade goiana. A nova organização produtiva do território no período em questão foi de fundamental importância no sentido de criar as condições necessárias para a formação de centros urbanos que se apresentaram como elementos aglomerativos importantes na lógica de reprodução das relações sociais. Essa nova organização social e econômica apresentou também como consequência o aumento das disparidades sociais, favorecendo a formação de uma “marginalidade” urbana. Diante disso, nos propomos a pensar como a dinâmica de modernização econômica não pressupõe a superação de atrasos, mas sim cria novas relações sociais que se perpetuam entre estruturas “modernas” e atrasadas” contribuindo assim para criar uma dinâmica territorial permeada de contradições que se materializam principalmente nas novas formas urbanas que se configuram diante deste processo.

Introdução

Com o advento da primeira revolução industrial se estabeleceu uma forma de divisão internacional de trabalho que partiu o mundo, por quase dois séculos, entre um grupo de nações – o chamado centro – de exportadoras de produtos manufaturados e de capitais e outro – periférico – constituído pelas demais, exportadoras de produtos primários. O núcleo orgânico da economia mundial monopolizava o progresso técnico e, por isso, era adiantado: tinha produtividade sempre mais elevada, ditava os padrões de consumo nos países semiperiféricos e periféricos, transmitia suas teorias científicas e ideologias políticas aos mesmos.

Com a segunda e terceira revolução industrial – principalmente esta última – houveram grandes transformações na economia mundial. Dentre as principais conseqüências destaca-se o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho que teve como elemento central mudar a estrutura social e econômica da periferia do sistema capitalista, deixando de ser apenas exportadora de produtos primários passando também a se estabelecerem como regiões produtoras de novas tecnologias vinculadas aos países do centro (LIPIETZ, 1988; BENKO, 1999). Os territórios passam a ser mais flexíveis, se vinculando ao novo modelo de gestão imposto pelo binômio neoliberalismo/globalização.

Diante dessa nova realidade da economia mundial as cidades se tornaram o lócus central de acumulação capitalista e principalmente como principal espaço de organização do capital financeiro que se constitui na atualidade do capitalismo como principal elemento de organização e comando da economia mundial (FURTADO, 1982; BENKO, 1999; POCHMAN, 2001).

Passa a ser referência para a análise da sociedade, a disposição em determinado território de uma massa de população de certo volume e densidade, concentrada nas cidades ou dispersa nos campos, que, servida por diferentes vias de comunicação, estabelece diferentes tipos de contato (DURKHEIM, 2002). É, portanto, no contexto da anatomia da sociedade, em seus aspectos marcadamente estruturais, que a cidade surge como substrato da vida social, acumulando e concentrando parcelas significativas da população, servindo como elemento de centralização econômica.

Nessa perspectiva devemos compreender o processo de urbanização menos como causa do que conseqüência da modernização econômica do território. Essa urbanização deriva

portanto das novas necessidades de uso do território no sentido de favorecer a circulação de mercadorias e, por conseguinte, a realização da mais-valia social nesse processo de circulação. Toda a estrutura desenvolvida a partir do processo de urbanização tem como objetivo primordial a organização do território para absorver os processos engendrados pela nova dinâmica econômica. Uma nova divisão do trabalho é implementada e as mutações no território vão ocorrendo de forma intensa e rápida, transformando de forma radical as estruturas sociais e econômicas vigentes que permitam a implementação eficaz da economia de mercado (LUXEMBURG, 1983; LENIN, 1985).

A urbanização como resultado destas transformações no território traz consigo uma série de conseqüências negativas para a maior parte das populações locais, por entendermos que o progresso técnico resultado do desenvolvimento das forças produtivas está diretamente ligado ao acirramento da miséria das classes exploradas, fruto da intensificação do processo de expropriação da classe trabalhadora que acompanha o movimento de modernização capitalista.

A cidade passa a concentrar também o centro de comando político, as funções burocráticas do Estado burguês que exerce um papel central na manutenção da exploração do sobretrabalho gerador de mais-valia (SAES, 1994), controle político que permite criar as estruturas jurídicas e burocráticas que servem para consolidar e manter a estrutura de exploração social.

Urbanização capitalista e processos sociais: novas formas e conteúdos

Entendemos que a reflexão sobre as formas de organização das cidades dentro do atual contexto de reestruturação produtiva do capital deve necessariamente partir do entendimento de como se estabelecem os ordenamentos sociais e políticos dos espaços urbanos. As formas como se configuram as diferentes classes sociais nos núcleos urbanos permitem a construção de alternativas de apropriação do excedente produzido.

Entender esses elementos parte também da compreensão das contradições no e do espaço (MARTINS, 2001). Contradições essas que tomam vulto dentro dos marcos do capitalismo monopolista em que a produção do espaço se estabelece a partir das necessidades históricas de reprodução do capital, mantendo a luta de classes sua centralidade nesse processo.

Fruto do processo de uma reestruturação produtiva que na economia em nível global tem resultado num crescente aumento dos índices de pobreza e indigência nas grandes cidades, as contradições estabelecidas a partir de um tipo de organização capitalista que intensifica a marginalização de grandes camadas da população acirram os conflitos entre classe nos espaços urbanos.

Entretanto, é preciso esclarecer o uso dos conceitos de marginalização e exclusão social. Em primeiro lugar, devemos pensar que a marginalização não necessariamente cria uma massa disfuncional para o sistema econômico (CARDOSO, 1971). Em segundo lugar, devemos pensar que o conceito de exclusão social é utilizado de forma equivocada, pois o que temos de fundamental nesse processo são constantes reinclusões de formas precarizadas de massas cada vez maiores da população (MARTINS, 2002).

Dentro do atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista devem ser entendidos não como desvios no processo de organização social, mas sim como uma das características centrais em seu processo de formação (SANTOS, 2001; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA 2004). Roberto Schwarz prefaciando Oliveira (2003, p. 23) afirma que “Assim, os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforo não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização”.

Diante disso é preciso entender então como as mutações socioeconômicas do final do século XX têm afetado a organização das cidades. Essas mutações se apresentam como resultado direto das novas formas de organização de classes que se estabelecem nos espaços urbanos. Entretanto, existe uma tendência a negação desse processo de oposição de classes nos debates estabelecidos na organização social das cidades, tendências essas apontadas por Ribeiro (2000) que pensam a realidade urbana a partir de um elemento central que “é descrita como crescentemente polarizada entre “ricos” e “pobres”, “incluídos” e “excluídos”, desaparecendo as oposições de classe como centro da segmentação social.” (RIBEIRO, 2000, p. 64).

A partir desses elementos apontados como centrais na estruturação dos espaços surge, assim, uma perspectiva tecnocrática como resposta imediata aos problemas urbanos que vão aparecendo. Diante disso, termos como gestão, planejamento estratégico/ democrático e gerenciamento/empresariamento urbano (HARVEY, 1996; SOUZA, 2002) são apresentados

como novas formas de organização e reestruturação dos espaços, cujo objetivo é a eliminação dos problemas urbanos que são dessa forma caracterizados menos como resultado das contradições engendradas pelas formas de acumulação capitalista e mais como deficiências técnicas e burocráticas das administrações locais.

E como forma de solucioná-los tem sido propostas medidas gerais que tem como princípio básico à intensificação do planejamento urbano como forma de racionalizar os espaços e conseqüentemente reduzir as desigualdades sociais, passando também pela reformulação da estrutura estatal e aumentando a participação da sociedade civil no processo de gestão (BRESSER PEREIRA, 1999). Entretanto, em primeiro lugar pode ser questionado até que ponto o planejamento urbano como instrumento de racionalização capitalista do espaço pode estabelecer parâmetros de organização que permitam amenizar as contradições de uso/apropriação dos espaços urbanos pelas classes dominadas? A resposta a essa questão pode apresentar uma conotação negativa, haja vista que os dilemas apontados são resultado direto das formas que a acumulação capitalista assume principalmente nos países de capitalismo dependente. O planejamento urbano se apresenta diante dessa realidade, como elemento normatizador desse processo (SANTOS, 2003).

Em segundo lugar, o conceito cidadania como elemento norteador novas formas de gestão social, de certa forma vem mascarar o conflito de classes na estruturação socioespacial das cidades. Diante disso é importante identificarmos como as classes dominadas se organizam e como se dá a sua configuração nos espaços das cidades? Podemos pensar em uma territorialidade urbana dos pobres, (FREITAS 2004), ou a formação de uma pobreza urbana decorrente das formas monopolistas do capital (BECKER & EGLER, 1998; SANTOS, 2001).

Entretanto é preciso estabelecer que o conceito de pobres nos remete a Marx (1988) enquanto elementos historicamente expropriados dos meios de produção e sua conseqüente alienação enquanto não se percebem como produtores de mais-valia apropriadas pelo capital (MARX, 1988). Uma divisão social do trabalho que estabelece a cidade pós-revolução industrial como uma cidade baseada na separação entre classes sociais (LEFEBVRE, 2001).

Como resultado dessa lógica, se forma uma contradição intensa que vai se materializando em grande parte na violência urbana, ultrapassando os limites de civilidade.

Desaparece a idéia de contrato social, dando lugar a espaços de barbárie, em que os grupos se digladiam de forma cada vez mais feroz na disputa pelos espaços urbanos.

Isso, pelo fato de que os homens comparecem nas relações sociais enquanto mascarados de representantes das mercadorias, de tal modo que suas vontades se transformam nas vontades das relações reificadas pelo mercado. Tal “máscara” de “possuidores de mercadorias” atua nos dois sentidos: não apenas vela, aos olhos de quem a usa, o caráter humano das relações sociais, como ainda impede que os outros percebam a humanidade que se esconde por trás da máscara. Diferente da máscara teatral, que apenas indica ao espectador o personagem que está em cena – a “máscara” mercadoria faz com que o capital se converta no espelho do próprio homem, em todas as dimensões de sua existência (Lessa, 2000)

A violência então passa a fazer parte do cotidiano da cidade, violência que tem como elemento motivador às formas como a divisão social do trabalho se estabelece na cidade. A divisão do trabalho baseada na propriedade privada tem como elemento central à expropriação da classe trabalhadora (MARX, 1988). Estes num primeiro momento são expropriados dos meios de produção, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Uma parte considerável da classe trabalhadora tem sido expropriada inclusive do seu direito à vida. Essa afirmação parte do pressuposto de que a partir do momento que o usufruto do espaço é dificultado enquanto produto social, se privam também de alguns elementos fundamentais e necessários para o seu processo de reprodução social. A dificuldade de acesso a moradia, uso dos equipamentos coletivos é um exemplo dessa realidade.

No atual contexto, se forma uma grande massa de desempregados, trabalhadores informais e uma gama de “excluídos”, resultado da exclusão imposta pelo próprio mercado capitalista (OLIVEIRA, 2004). Essa parte da população sem alternativas que não seja o uso de violência contra a sociedade formal não tem outra forma de garantir o seu espaço.

O Estado então passa a garantir espaços mínimos de sobrevivência, políticas compensatórias com o objetivo de mascarar as aflições impostas pelo modelo econômico vigente e como forma de garantir tranquilidade para as outras classes sociais que participam diretamente do “jogo do mercado”.

Podemos entender esse processo como uma territorialização de frações de classe não

inseridas na dinâmica formal do mercado. Entretanto, nesses espaços configurados pelo Estado existem todos os elementos necessários para a formação de organizações paralelas de poder, organizações que reúnem a população marginalizada da sociedade formal, mas que ao mesmo tempo se insere pela porta dos fundos, vinculadas as novas formas precárias de organização socioespacial, principalmente a partir das redes do crime organizado.

Ao mesmo tempo essas formas de territorialização impostas pelo Estado favorecem a justaposição de frações de classe diferenciadas pois passam a conviver em espaços homogêneos, trabalhadores formais, desempregados, prostitutas, os “criminosos” vinculados ao tráfico se apresentam então como elementos norteadores e organizadores destes “espaços de convivência” de classe, sem contar ainda que setores médios empobrecidos passam a se deslocar para esses espaços. Existe assim a criação dos símbolos que relacionam pobreza e criminalidade (KOWARICK, 2002).

Portanto de forma aparente não dá mais para se falar em espaços definidos a partir da ocupação de classes, entretanto, as classes sociais presentes nesse espaço são resultado direto do conflito de classes que nas cidades se materializa pelas distintas formas de ocupação.

Pode parecer bastante contraditório se falar em conflito de classes e organização espacial de classes quando esses espaços não podem muito bem ser definidos quanto a sua materialidade expressa na ocupação de classes. Entretanto, não podemos esquecer que o processo de urbanização no atual estágio do capitalismo monopolista - e principalmente se pensarmos na formação de espaços de redes (HAESBAERT, 2002; CASTELLS, 1999) - permite uma maior mobilidade das classes constitutivas dos espaços urbanos. Característica definida principalmente pela estrutura viária e de transportes que intensifica o fluxo de pessoas e mercadorias.

A cidade no capitalismo passa ser então espaço de todos, ou espaço das oportunidades, enquanto o campo se constitui em seu acessório isolado e disperso (MARX & ENGELS, 2001). Dispõe os indivíduos enquanto livres e sujeitos a todas as oportunidades para exercer sua liberdade de movimento e consciência. A nova realidade imposta pela divisão do trabalho entre cidade e campo traz junto de si uma falta de clareza nas relações de classe no interior das cidades, em que os indivíduos enquanto participantes da mesma realidade encobrem de forma sistemática as distinções entre as classes sociais.

Essa distinção só se torna evidente no momento dos grandes conflitos, nas “invasões” de terrenos privados, nas manifestações violentas pelo preço elevado do transporte coletivo, etc. São estes momentos específicos em que as contradições se tornam latentes é que a estrutura de classes no âmago da urbanização capitalista emerge com toda força (SINGER, 1998).

Essas contradições e conflitos se materializam nas diversas formas de ocupação do território, apresentando feições representadas principalmente nas formas como o espaço socialmente produzido se distribui entre as diversas classes sociais. Dos vários elementos explicativos dessa realidade, podemos afirmar que é o espaço enquanto referencial na produção de mais-valia e concentrador do processo de acumulação capitalista a causa maior que determina as várias diferenciações nos usos e ocupações dos espaços nas cidades, formando inclusive os espaços marginais.

Marginalidade que para Singer (1998) não resulta de um problema de integração social, mas de uma questão estrutural: a preservação da pobreza ocorre através de mecanismos institucionais que nada têm de "marginais" ao sistema. Um exemplo deste processo é o que ocorre a partir da década de 1980, com o fim do ciclo de crescimento da economia brasileira, iniciou-se uma ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro.

A partir daí, a tendência de aumento do assalariamento começou a se reverter, o que era evidenciado pelo aumento do peso relativo dos trabalhadores sem carteira assinada, dos pequenos empregadores e dos trabalhadores por conta própria. Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro até a década de 1980, ainda era capaz de gerar empregos em um bom ritmo, mas os empregos gerados passaram a ser mais precário. Essa tendência se manteve até os primeiros anos da década de 1990. Além disso, ainda na década de 1980, começou-se a perceber que o crescimento econômico não era garantia de redução das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção e participação social. Neste sentido, observamos a expansão de bairros periféricos nos grandes centros urbanos brasileiros, demonstrando que a configuração da imagem urbana está intimamente ligada com os passos e decisões econômicas tomadas pelas diretrizes políticas e o mercado externo.

As transformações resultantes das novas dinâmicas econômicas são mais perceptíveis no espaço urbano, especialmente nas áreas metropolitanas. Logicamente, as metrópoles

constituem-se em "terreno fértil" para a territorialização das novas dinâmicas por se apresentarem estratégicas à reprodução do capital (maior concentração de capitais, onde já estão localizadas as grandes instituições e empresas - nacionais, multinacionais e transnacionais).

Como resultado desse processo temos a espoliação urbana e de periferização (Singer,1998). Esses dois conceitos são percebidos a partir do prisma de segregação social e residencial aos efeitos da detenção da renda. A tendência da “espoliação urbana” e da “periferização” é demonstrada pela distribuição espacial da população economicamente ativa segundo estratos da renda. Ganha destaque a dimensão política da urbanização e proliferam os estudos sobre a dupla espoliação sofrida pelas classes populares: como força de trabalho subjugada pelo capital e como cidadãos submetidos à lógica da expansão metropolitana que lhes negava o acesso aos bens de consumo coletivos.

O padrão periférico do crescimento das metrópoles urbanas é uma das expressões das particularidades da expansão do capitalismo. Com efeito, chama a atenção o fato de como a noção do urbano enquanto forma não é apenas de lócus da expansão capitalista no Brasil. A moradia autoconstruída é entendida como riqueza social (diferente do valor) posta a serviço da reprodução do capital; o espaço construído é visto como produto de uma atividade tecnicamente atrasada, mas entre nós lucrativa, dada a combinação de novas e velhas formas sociais; e as características elitizadoras da política habitacional como decorrentes da natureza de classe do Estado. É neste movimento da pesquisa que emerge a noção de espoliação urbana como conceito que unifica no plano analítico as relações de exploração e o processo urbano, elemento fundamental na caracterização do "padrão periférico".

Assim, "a constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação da técnica da dominação e na organização da produção" (SINGER, 1998, p. 12). A transformação da cidade em centro de produção só pode resultar de uma luta de classes. "Neste processo, parte do mais-produto, que ainda continua vindo à luz como valor de uso, transforma-se na mão de uma nova classe dominante em valor de troca, em mercadoria. É com base nesta transformação que a cidade se insere na divisão social do trabalho, alterando-a pela base" (SINGER, 1998, p. 14).

Percebe-se também, em especial nos centros urbanos brasileiros, uma inflexão no processo de concentração demográfica e econômica nas grandes metrópoles e o paralelo fortalecimento das cidades médias. A mudança apontada na literatura não seria o esvaziamento

das metrópoles, mas a perda da sua primazia no sistema industrial. Elas continuam a exercer uma função concentradora, mas surgem pólos industriais em outras áreas.

Percebemos uma polarização do centro urbano e essa característica se fortalece principalmente na década de 1990, demonstrando as políticas com o objetivo de fortalecer os pólos de desenvolvimento (DRUMMOND JR 1999).

Modernização econômica, urbanização e acirramento das disparidades sociais em Goiás

A nova fase no processo de modernização capitalista, a qual estamos vivenciando, conduz a uma nova forma de pobreza, definida por Milton Santos como a pobreza planejada. Assim, os pobres ficam com a impressão de que estão saindo da pobreza. Eles passaram portanto a testemunhar um aumento em termos absolutos de sua renda, isto é, de seu consumo de bens e serviços. Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e de desigualdade, o que significaria o fim do sistema a pobreza fica mascarada, e nunca eliminada.

A partir do que foi exposto nos parágrafos anteriores faremos um paralelo com a realidade brasileira e mais especificamente a goiana. Em 1940 aproximadamente 66% da população brasileira viviam no meio rural e 34% viviam nas cidades. Em 1965 a metade da população vivia no campo e a outra metade nas cidades. Em 1980, 82 milhões de pessoas 66% morava nas cidades e 39 milhões 34% morava no meio rural. Segundo o censo de 2000, cerca de 82% da população brasileira é urbana.

De acordo com os censos demográficos de 1970/2000, o número de domicílios particulares permanentes urbanos cresceu respectivamente 72,9% no período 1970/1980, 42,2% no período 1980/1991 e 47,7% no período 1991/2000, evidenciando uma estabilização nos níveis de crescimento demográfico no país. Diante desse crescimento, a estrutura político-administrativa no Brasil foi modificada consideravelmente com um considerável aumento do número de municípios. Este crescimento de 1899 em 1950, para 3952 em 1970, 3991 em 1980 e 4491 em 1990. Em 1994 este número era de 4974 municípios, enquanto no ano de 2005 existem 5563 municípios. A área urbana tem se ampliado devido ao interesse do Poder Municipal em incrementar a arrecadação do IPTU, Imposto Predial e Territorial Urbano. Os loteadores também se interessam pelo aumento do perímetro urbano, pois com isto auferem ganhos com a comercialização de lotes considerados urbanos e não mais rurais.

Este incremento da população urbana é resultante das mudanças estruturais que

ocorreram na economia brasileira na segunda metade do século XX, o que estimulou o crescimento vegetativo da população e aumentou os fluxos migratórios para os centros urbanos. A população urbana também tem crescido devido ao aumento daquilo que cada município tem considerado como área urbana, caracterizando uma expansão urbana.

A população brasileira tem crescido a taxas elevadas, apesar destas taxas estarem decrescendo nos últimos anos. Nas décadas de 50-60 e 60-70, a taxa era de 2,9% ao ano e na década de 70-80, 2,48%. Os dados mais recentes apontam para o século XXI taxas menores que 1,4% ao ano. O censo de 2000 apontou uma população de 168 milhões de habitantes, a população urbana segundo o censo de 2000 era de 136 milhões de habitantes, 82% do total, caracterizando um país com taxas de urbanização semelhantes às dos países desenvolvidos.

No entanto o crescimento urbano se deu de forma heterogênea: as maiores taxas na década de 80-91 foram observadas na região Norte (5,34%) e Centro-Oeste (4,36%), em contraposição com as taxas observadas nas regiões Nordeste (3,53%), Sul (2,97%) e Sudeste (2,32%). A expansão das áreas urbanas pode ser verificada tanto através do aumento da área urbana dos municípios, quanto também do aumento do número de municípios. Segundo o censo de 2000 as regiões Norte e Nordeste foram as duas regiões que mais se urbanizaram. A população urbana na região Norte passou de 59% em 1991 para 69% do total da população em 2000, enquanto a região Nordeste passou de 60% para 69% no mesmo período. O Centro-Oeste passou de 81% para 86%, enquanto a região Sul de 74% para 80%. A região Sudeste foi a que apresentou um crescimento menos de 88% para 90% justamente por ser a região mais urbanizada e industrializada do país.

A região Centro Oeste é a segunda região com uma maior percentual de população urbana no país, resultado das transformações recentes por que vem passando, principalmente a partir da década de 1970 quando acontece a modernização tecnológica que tem como consequência várias mudanças estruturais na economia da região, principalmente no estado de Goiás (ESTEVAM, 2004). Essas mudanças acompanhadas de uma série de políticas públicas de ocupação do cerrado tanto em nível federal quanto estadual estimularam o processo de urbanização em Goiás. (FREITAS, 2005). O estado de Goiás na década de 1990 sofreu um processo de urbanização considerável aumentando de 80,81% para 87,88% a sua população urbana.

Goiás têm apresentado grande crescimento econômico nos últimos anos, de acordo

com a tabela 1:

Tabela 1 - Estado de Goiás e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e taxas de crescimento - 1996 - 02

Ano	Produto Interno Bruto				Produto Interno Bruto Per Capita			
	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxas de Crescimento (%)		Valores Correntes (R\$)		Taxas de Crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
1996	14.592	778.887	3,67	2,66	3.147	4.830	1,54	1,24
1997	16.025	870.743	5,27	3,27	3.385	5.327	3,12	1,87
1998	17.428	914.188	2,19	0,13	3.610	5.518	0,21	-1,21
1999	17.920	973.846	3,17	0,79	3.614	5.800	0,43	-0,54
2000	21.665	1.101.255	5,11	4,36	4.276	6.473	2,86	2,99
2001	25.048	1.198.736	4,32	1,31	4.840	6.896	2,12	-0,83
2002	31.299	1.346.028	4,9	1,93	5.922	7.631	2,72	0,45

Fonte: Seplan / Sepin – gerência de Contas Regionais – 2004

Diante disso e a despeito da modernização tecnológica e urbanização ocorrida no Estado, as disparidades sociais vêm se agravando, mesmo com o PIB per capita maior. Haja visto os números apresentados na tabela 2 que existe uma enorme distância entre ricos e pobres no estado, além de dobrar o número de pessoas que sobrevivem com mais da metade de sua renda dependendo de transferências governamentais. Esse processo é resultado direto das novas formas de gestão do território goiano, resultado inclusive das formas de urbanização. São novas formas de ocupação dos espaços que não tem apresentado como contrapartida a melhoria das condições de vida das populações urbanas, principalmente da parcela mais pobre.

TABELA 2 – Apropriação da renda urbana entre os 50% mais pobre e os 1% mais ricos em Goiás

50% mais pobres	1% mais ricos
18,1	11,6

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2004

Os números da tabela 2 evidenciam as grandes desigualdades urbanas em Goiás, considerando que existe um grau de concentração muito intensa de renda nas áreas urbanizadas no estado. Isso demonstra o que foi exposto anteriormente, que as desigualdades de renda tem apresentado uma relação direta com o processo de urbanização e modernização econômica nos moldes que tem ocorrido no Brasil e especificamente em Goiás nas últimas décadas. As transformações ocorridas nas atividades econômicas em Goiás, principalmente com as mutações ocorridas na agropecuária levaram necessariamente a um aumento no grau de concentração fundiária no estado (ESTEVAM, 2004), resultado das políticas de incentivo a modernização do campo a partir da década de 1960, o que não condicionou a uma melhoria das condições de vida da parcela da população rural que emigrou para as cidades.

Para Castells (2000) na América latina, o movimento de urbanização se dá mais por fatores de expulsão do campo do que atração das cidades, resultado principalmente do caráter adquirido pelos processos urbanizatórios da região que não tem o capital industrial como grande absorvedor da mão de obra que vai se aglomerando nos centros urbanos. Isto significa a formação de um proletariado urbano que vai sendo pouco absorvido pelo capital industrial, favorecendo o fortalecimento do setor de serviços. Em Goiás o que tem acontecido é exatamente isso, um considerável crescimento do setor de serviços, ganhando importância crescente na formação da renda urbana, representando mais de 50% do PIB do estado.

Entretanto, não se pode desconsiderar alguns aspectos de crescente importância na qualidade de vida da população, principalmente no que se refere à estrutura urbana, a melhor distribuição dos serviços públicos (Tabela 3), água tratada, energia elétrica e coleta de lixo, considerando isso como resultado também de uma maior pressão na demanda por esses serviços. Podemos considerar também que esses elementos fazem parte do papel que o Setor Público tem com relação à reprodução da classe trabalhadora estimulando o barateamento da força de trabalho, ou seja, o aumento na oferta dos serviços oferecidos também é resultado direto das novas necessidades que surgem decorrentes da aglomeração dos trabalhadores nas cidades.

TABELA 3 – Estrutura urbana em Goiás

% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
1991	2000	1991	2000	1991	2000
54,91	82,81	74,19	93,09	47,21	89,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Por outro lado, fruto das contradições apresentadas no processo de urbanização capitalista, percebe-se que o acesso aos serviços públicos demonstra um nível de segregação considerável se levarmos em conta a relação renda/ acesso a serviços públicos (Tabela 4). Mesmo com a ampliação dos serviços oferecidos, os mais pobres ainda encontram enormes dificuldades no sentido de obterem o acesso ao consumo coletivo (CASTELLS, 2000) desses bens, o que significa também que uma parcela da população está apresentando dificuldades inclusive no processo de reprodução social da classe trabalhadora em Goiás.

TABELA 4 – Domicílios com saneamento adequado de acordo com a renda da população em Goiás

40% mais pobres	10% mais ricos
25,9	59,60

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2004

Além das dificuldades de acesso dos mais pobres aos serviços públicos devemos considerar como elemento importante para avaliar as desigualdades na renda a origem da renda pessoal, ou seja, qual o peso que os rendimentos do trabalho tem sobre o rendimento total das pessoas no estado. A relação de dependência da renda pessoal com os rendimentos advindos do trabalho decresceram de forma significativa na década de 1990 (Tabela 5) o que indica que grau de urbanização ocorrido no período – crescimento de quase 8% - não se traduziu de forma direta em um aumento nos rendimentos provenientes do trabalho, o que pode indicar a formação de uma superpopulação relativa que contribui para o barateamento da força de trabalho em Goiás.

Como forma de compensar a queda nos rendimentos provenientes do trabalho ocorre um aumento significativo no grau de participação do Setor Público em Goiás na manutenção da renda de uma parte da população em Goiás (Tabela 5), o que pode ser entendido como uma intensificação de políticas compensatórias no sentido de amenizar as contradições impostas pelas formas de urbanização ocorridas nas últimas três décadas, formas de urbanização que se apresentam como resultado direto do processo de reestruturação produtiva do território goiano (MORAES).

TABELA 5 – Percentual da renda proveniente dos rendimentos do trabalho e de transferências governamentais

% da renda proveniente de rendimentos do trabalho		% da renda proveniente de transferências governamentais	
1991	2000	1991	2000
86,91	71,33	7,3	13,03

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

È impressionante o aumento do número de pessoas que sobrevivem com mais da metade de sua renda originária das transferências governamentais na década de 1990 e em conjunto com isso a redução na renda apropriada mais pobres da população goiana (Tabela 6). São formas de expressar a relação entre modernização econômica, urbanização capitalista e desenvolvimento social no estado de Goiás no período considerado, relação esta que se apresenta de forma contraditória: aumento da riqueza produzida, modernização nas atividades econômicas com crescente aumento nas desigualdades de renda no estado de Goiás (FREITAS, 2005).

TABELA 6 – Origem e apropriação da renda em Goiás

% de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais.		% da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população.		% da renda apropriada pelos 80% mais pobres da população.	
1991	2000	1991	2000	1991	2000
5,08	10,56	3,99	3,16	42,16	39,62

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A concentração de renda se expressa também no alto índice de famílias que vivem com menos de 02 (dois) salários mínimos – mais de 76% do total, segundo os números informados na tabela 7 – o que representa uma necessidade cada vez maior de um número considerável de famílias ficar na dependência de políticas governamentais de auxílio para manter níveis mínimos de sobrevivência. Diante disso, temos que a relação entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres se apresenta em torno de 14,15 vezes, enquanto entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres compreendida em torno de 29,55 vezes. Tanto a renda familiar como a renda individual demonstram de forma clara a intensidade das desigualdades em Goiás.

TABELA 7 – Goiás – Renda familiar mensal per capita em salário mínimo

1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1	1a 2	2 a 3	3 a 5	Mais de 5
6,1	16,5	29,7	25,1	7,9	6,0	4,8

Fonte: IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais 2004.

Diante do exposto, é importante esclarecer que a proposta do trabalho é entender a formação das desigualdades sociais e sua relação com as formas de urbanização capitalista e mais especificamente como essa urbanização se processa em regiões de capitalismo dependente. Podemos assim estabelecer uma relação direta entre urbanização e as formas como se estabeleceram as revoluções burguesas nessas regiões, revoluções estas caracterizadas como “atrasadas” e dependentes das transformações irradiadas nos centros de poder capitalistas (FERNANDES, 1976).

A partir dessa relação da urbanização com as mudanças estruturais que ocorrem nas economias dos países periféricos do capitalismo mundial é que podemos compreender com mais clareza o porque das enormes disparidades sociais que se formaram a partir dos eventos econômicos que apresentaram como consequência formas de urbanização muito rápidas.

As mutações ocorridas na economia brasileira na segunda metade do século XX e mais especificamente as mudanças estruturais que ocorrem em Goiás a partir da década de 1970, podem ser muito bem definidas como tempo de transformação (ESTEVAM, 2004). Transformações estas que ocorrerem de forma muito intensa e rápida, alterando com isso de forma qualitativa as estruturas políticas e sociais em Goiás. Entretanto, podemos afirmar com base nos números apresentados que refletem como estas mudanças se estabeleceram também de forma quantitativa no sentido de contribuírem significativamente no aumento da concentração local.

São mudanças que permitiram formar uma sociedade de características eminentemente urbanas, implementar um rápido desenvolvimento tecnológico e inserir de vez a economia goiana de forma “competitiva” no cenário nacional e local. Entretanto, essas novas formas de competitividade se estabeleceram principalmente no aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, processo este que se deu a partir da expropriação dos pequenos produtores em Goiás, formação de um proletariado urbano e como consequência a formação também de uma superpopulação relativa nas cidades em Goiás que tem contribuído de forma significativa para o rebaixamento do valor da força de trabalho, fato evidenciado principalmente na queda dos rendimentos de uma parte considerável da população na década de 1990.

Além desse fato, podemos verificar também que não só ocorreu a formação de um exército industrial de reserva usando o termo clássico de Marx, mas que concomitante a isso acontece também a formação de uma parcela considerável da população que não mais se estabelece como força de trabalho em potencial, porque a forma mais efetiva de sua sobrevivência se dá a partir da intervenção do Setor Público como forma de garantias de níveis mínimos de consumo e qualidade de vida.

Considerações Finais

A economia goiana nos últimos vinte anos tem apresentado um enorme crescimento em seu produto além de uma maior diversificação em suas atividades, haja vista que o Estado de Goiás tem apresentado um enorme salto modernizador no período considerado, acompanhado de um intenso processo de urbanização. Entretanto, este crescimento do produto não tem sido acompanhado de uma divisão mais eqüitativa da renda, tanto em nível pessoal, quanto regional.

Pelo contrário o que temos visto é um enorme aumento das desigualdades sociais vinculadas a intensificação das desigualdades, o que tem levado a uma não participação dos frutos desse processo modernizador por uma considerável parcela da população. A formação dessas desigualdades é resultado também da falta de uma participação maior por parte do aparelho estatal na formulação de políticas de desenvolvimento regional e urbano que contribuam para a diminuição dessas desigualdades.

Isso é resultado direto das novas formas de organização do território vinculadas ao ideário neoliberal que apresenta modificações no papel do estado que passa não mais a ter o papel de corrigir as distorções do mercado, mas somente como elemento regulador das condições ideais para permitir a otimização no processo de acumulação de capital. E para que isso ocorra de forma cada vez mais eficaz é de fundamental importância o desenvolvimento de centros urbanos que se apresentam como elemento norteador e organizador desse processo.

Diante disso, é de fundamental importância repensar os modelos de desenvolvimento adotados nas últimas décadas que tem privilegiado somente novas formas de acumulação de capital sem apresentar perspectivas de melhorias consideráveis para grande parte da população. Entretanto não se pode fazer isso sem repensar o papel do Estado que deve intervir de forma mais eficaz para a correção das anomalias produzidas pelo mercado, que

apresente como perspectiva principal a desconcentração da renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Berta K.; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos; WILLHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: UNESP.; Brasília: ENAP, 1999.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e terra, 1999. 3º ed.

_____. A questão urbana.(tradução de Arlene Caetano de La question urbaine). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.

CARDOSO, Fernando H. Comentários sobre o conceito de superpopulação relativa e marginalidade. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 1, 1971.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do Trabalho Social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002;

DRUMMOND JR. A Urbanização de Centros Cosmopolitas. Tese de Mestrado Unicamp, 1999;

ESTEVAM, Luis. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiás: UCG, 2004. 2º ed.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

FREITAS, César Augustus Labre L. de. Vale dos Sonhos: movimentos sociais urbanos e disputa pelo espaço em Goiânia. Goiânia: UFG, 2004. (Dissertação de Mestrado).

FREITAS, César Augustus L.L. de. Goiás: quais os caminhos para o desenvolvimento? Goiânia: Conjuntura Econômica Goiana. N. 04. Maio de 2005.

HAESBERT, Rogério. Território territórios. Niterói: PPGEIO – UFF/AGB, 2002.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana em capitalismo tardio. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XVI, 1996.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 63, julho de 2002.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 1991;

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. São Paulo: DP&A, 2001.

LENIN, Vladimir I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora,

1985.

LESSA, Sérgio. A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações – 1ª ed. – São Paulo: Xamã, 2000.

LIPIETZ., Alan. Miragens e milagres: problemas de industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação de capital. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e novas desigualdades. São Paulo: Paulus, 2002.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

MARX, K. O capital. São Paulo: Ed. Abril (Col. Os Economistas), 1988. (Vols 1 a 5)

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, Robson de Souza. Território, estado e reestruturação produtiva do capital. Goiânia: Revista Antítese: Marxismo e cultura socialista, n. 1, outubro de 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/ O Ornitórrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Avelino de Rosa. Marx e a exclusão. Pelotas/RS: Seiva Publicações, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: _____ O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidades. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

SAES, Décio. Estado e democracia: ensaios teóricos. Campinas/SP: Gráfica do ICHF/UNICAMP, 1994. (Coleção Trajetórias)

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001. 6 ed.

_____. Economia espacial. São Paulo: Edusp, 2003.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.